

Clóvis Moura: um legado nas ciências humanas e nas lutas sociais¹

Gabriel dos Santos Rocha²

Resumo: Este artigo foi escrito em ocasião da participação do autor do Seminário 20 anos sem Clóvis Moura, realizado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2023, no IFCH/UNICAMP. O texto tem como objetivo abordar o legado e a atualidade de Clóvis Moura nas Ciências Humanas e nas lutas sociais de nosso tempo histórico. Para tanto, destacamos alguns pontos fundamentais da obra e da trajetória militante de Moura, a saber: a abordagem sobre a luta de classes no Brasil escravista; o papel do racismo na formação e dinâmica do capitalismo; o antirracismo como tarefa da luta de classes; a ciência e a práxis como instrumentos da emancipação humana; e o negro como sujeito nas ciências e no processo emancipatório da humanidade.

Palavras-chave: Clóvis Moura; História; Marxismo; Antirracismo.

Abstract: This article was written on the occasion of the author's participation in the Seminar "20 Years Without Clóvis Moura," held on November 21, 22, and 23, 2023, at IFCH/UNICAMP. The text aims to address the legacy and relevance of Clóvis Moura in the Humanities and in the social struggles of our historical time. To this end, we highlight some fundamental points of Moura's work and militant trajectory, namely: the approach to class struggle in slave-owning Brazil; the role of racism in the formation and dynamics of capitalism; anti-racism as

¹ No dia 21 de novembro de 2023, participamos da mesa "Legado e atualidade de Clóvis Moura", na abertura do *Seminário 20 anos sem Clóvis Moura* ocorrido no IFCH/UNICAMP. O presente trabalho foi escrito a partir de nossa participação na referida mesa, com adaptações para a publicação, e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

² Doutorando em História Econômica, mestre em História Social e graduado em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador e educador.

a task of class struggle; science and praxis as instruments of human emancipation; and the Black person as a subject in the sciences and in the emancipatory process of humanity.

Keywords: Clóvis Moura; History; Marxism; Anti-racism.

Introdução

O legado de Clóvis Moura segue bastante atual, não apenas pela genialidade do autor, mas porque os principais problemas pautados em sua obra e militância continuam na ordem do dia, a exemplo da exploração da classe trabalhadora pelo capital e do racismo como ideologia de dominação no capitalismo. Ao longo de cinco décadas, Moura dedicou sua militância política e produção intelectual à superação do racismo e a emancipação da classe trabalhadora. Em sua trajetória, destacam-se a luta socialista e antirracista, e uma produção intelectual no campo das Ciências Humanas, cujas contribuições estão sobretudo na História e na Sociologia. Trata-se de um autor que prezava a práxis: não dissociava teoria e prática. O sentido de sua obra era incidir na transformação da realidade, na luta pela superação da ordem do capital.

Moura nasceu em Amarante, no estado do Piauí, em 10 de junho de 1925, e faleceu na cidade de São Paulo (SP) em 23 de dezembro de 2003. Viveu parte da infância em Natal, Rio Grande do Norte, para onde se mudou pouco depois do levante comunista de 1935, episódio que ficou conhecido como Comuna de Natal, e ao qual o próprio autor se referiu como uma possível influência em sua opção pelo comunismo anos depois. No entanto sua militância começou na Bahia, onde viveu entre 1941 e 1950, período em que também teve contato com o marxismo. Ingressou no PCB (então Partido Comunista do Brasil) naquela mesma década, e passou a atuar na política cultural do partido como jornalista e crítico literário, atividades que desenvolveu como autodidata, assim como posteriormente o fez em sua produção historiográfica e sociológica. Colaborou com periódicos da imprensa comunista, e

representou o partido na Associação Brasileira de Escritores (ABDE), posteriormente, União Brasileira de Escritores (UBE). Mudou-se para São Paulo nos anos 1950, estado no qual viveu até o fim da vida.

Clóvis Moura se formou intelectualmente na militância comunista. Anos depois, na década de 1970, passou a colaborar com o movimento negro na luta contra o racismo, sem perder de vista a luta de classes: para o autor, lutar contra o racismo era uma tarefa da luta contra o capital. Cabe ressaltar que sua atenção para o negro na História do Brasil surgiu no início de sua militância comunista nos anos 1940, junto com seu interesse em interpretar e transformar a realidade. Moura ainda jovem, vivendo em Juazeiro, no interior da Bahia, iniciou as pesquisas que, anos depois, vieram a resultar em seu clássico *Rebeliões da Senzala* (1959). Publicado quando o autor já vivia em São Paulo, o livro consiste em uma interpretação do Brasil escravista na perspectiva da luta de classes, a partir do antagonismo entre senhor e escravizado, considerados como as classes fundamentais daquele período. Eis uma das principais contribuições – e um legado – de Moura na Historiografia e na Sociologia, a qual trataremos nas próximas linhas.

A luta de classes desde o escravismo

A luta de classes é um dos fundamentos da teoria marxista e um ponto de partida interpretativo de diferentes autores orientados pelo método dialético de Marx e Engels. Clóvis Moura integra a tradição marxista no Brasil, apesar de muitas vezes ter sido relegado ao esquecimento no âmbito acadêmico, e mesmo em círculos de esquerda. A luta de classes foi seu ponto de partida para a compreensão do processo histórico brasileiro desde o período escravista: o autor viu no antagonismo entre escravizado e escravocrata a contradição fundamental da sociedade no Brasil colonial e imperial. Embora não tenha sido o primeiro a entender tal contradição na perspectiva da luta de classes, Moura foi pioneiro em considerar as rebeliões negras no Brasil escravista de forma sistêmica e não apenas como episódios

isolados: para além de meros conflitos pontuais, os embates entre senhor e escravizado expressavam as contradições fundamentais da sociedade escravista, e consistiam no principal elemento dinamizador daquela formação social. O autor formulou tais análises nos anos 1950, quando as insurreições negras eram, muitas vezes, destituídas de significado político, mesmo entre autores marxistas, e marginalmente consideradas na historiografia e na sociologia.

Em seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala* (1959), Moura analisou o Brasil escravista com base no materialismo histórico, a partir das contradições entre escravizados e escravocratas conferindo centralidade aos quilombos, guerrilhas e insurreições negras. O autor situou essas formas de resistência na formação social correspondente ao modo de produção escravista colonial. Moura debateu com autores de diferentes épocas e distintas orientações teóricas e metodológicas, a saber: eugenistas, culturalistas, marxistas, pós-estruturalistas. Refutou as ideias de inferioridade racial dos africanos e seus descendentes propalada por eugenistas como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, que ecoaram do século XIX até os anos 1930. Também se opôs às hipóteses de inferioridade cultural dos africanos escravizados, reproduzidas por autores de diferentes campos teóricos, inclusive marxistas, a exemplo de Caio Prado Júnior em meados do século XX. Por fim, se contrapôs à tese do “equilíbrio de antagonismos” postulada por Gilberto Freyre nos anos 1930, a qual respaldaria o mito da democracia racial, disseminado tanto na academia quanto no senso comum por muitas décadas, apesar das críticas que recebeu do movimento negro e de setores da própria academia desde meados do século XX.

Rebeliões da Senzala também tem o mérito de abordar o trabalhador negro escravizado como agente histórico, tema que veio a ganhar notoriedade na historiografia brasileira décadas depois de sua primeira edição, com as produções pós-estruturalistas e da micro-história, as quais repercutiram sobretudo no campo da História do Cotidiano, a partir dos anos 1980. Tais tendências historiográficas teceram críticas às análises sistêmicas e estruturais do escravismo, tendo como alvo

autores (via de regra, marxistas) que teriam ignorado a condição de sujeitos históricos dos negros escravizados em suas análises. No entanto, cabe ressaltarmos que a obra de Clóvis Moura não contém a suposta dicotomia entre estrutura e agência. Desde *Rebeliões da Senzala*, Moura tratou o trabalhador escravizado como sujeito histórico sem abdicar da análise estrutural do sistema escravista: a análise das insurreições negras é mediada pela análise da formação social e do modo de produção escravistas (o factual é mediado pelo estrutural).

Na introdução à quarta edição de *Rebeliões da Senzala*, publicada em 1988 pela editora Mercado Aberto, no Rio Grande do Sul, Moura fez considerações sobre o contexto no qual veio a público a primeira edição do livro:

O problema dos escravos ainda era considerado, na época em que iniciamos as pesquisas em arquivos e outras fontes, um tema esporádico, secundário e, quando muito, manifestações de movimentos *antiaculturativos*. Tirava-se, com isto, o conteúdo que produzia o dinamismo interno desses movimentos, elidia-se a contradição fundamental que os produzia – a luta de classes no sistema escravista – para reduzi-los a um mero jogo entre choques, padrões, traços e complexos culturais que os negros trouxeram da África e os da cultura ocidental. Esta posição teórica e a sua continuação metodológica levavam a que sempre se procurasse uma interpretação *culturalista* para o conflito social que se desenvolvia em consequência das contradições do sistema escravista que se formava no Brasil (MOURA, 2014, p.34).

Rebeliões da Senzala foi resultado de pesquisas em arquivos públicos da Bahia, coligidas com a escassa bibliografia sobre o assunto, disponível na época. A correspondência do autor com Caio Prado Júnior, nos revela que o livro estava pronto em 1952, e que Moura tentara – sem sucesso – publicá-lo pela editora Brasiliense. No entanto, *Rebeliões da Senzala* só veio a ser publicado em 1959 pela pequena e

efêmera Edições Zumbi (1957-1960), em São Paulo, dirigida pelos comunistas Elvio Eligio Romero, Maria Antonietta Dias de Moraes e Emiliano Daspett (SOUZA, 2013, pp.70-73). A primeira edição não repercutiu nos círculos intelectuais e acadêmicos que silenciaram diante do livro. Uma exceção foi Nelson Werneck Sodré que não apenas elogiou o trabalho de Moura em carta, como também o referenciou em sua antologia *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (SODRÉ, 1997), e em seu *Formação Histórica do Brasil* (SODRÉ, 1979).

Sodré também foi um entusiasta da segunda edição de *Rebeliões da Senzala* que acabou sendo publicada em 1972 pela editora Conquista no Rio de Janeiro, e finalmente começou a repercutir entre os estudos sobre a escravidão e a resistência negra, temas que passaram a ter uma atenção maior nos anos 1970 e 1980. Na virada entre essas duas décadas o Brasil vivia o período de transição democrática: a ditadura militar iniciada com o golpe de 1964 terminaria em 1985 em meio a mobilizações populares de diversos setores da sociedade, dentre os quais, movimentos sindical, estudantil, negro, pastorais etc. Naquele contexto Clóvis Moura se aproximou do movimento negro, para o qual sua obra tornou-se uma importante referência teórica, como veremos mais adiante.

Como contribuição para pensarmos nossa sociedade atual, sobretudo, o mundo do trabalho, *Rebeliões da Senzala* propõe uma ampliação do recorte temporal sobre a luta de classes no Brasil para o período escravista. Mesmo na tradição marxista, muitas vezes, se considerou que a luta de classes teria começado apenas no período da urbanização e industrialização, já no Brasil Republicano, a partir do anarco-sindicalismo, com destaque para os trabalhadores imigrantes europeus. A partir dos trabalhos de Moura, podemos considerar o trabalhador africano escravizado é, não apenas, o ancestral étnico da população negra, mas também o ancestral sociológico da classe trabalhadora brasileira.

O racismo no capitalismo brasileiro

Em meados da década de 1970 Moura viveu por alguns anos na cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo, onde foi redator-chefe do jornal *A Folha* de S. Carlos. Naquele contexto se aproximou do *Centro Recreativo Flor de Maio*, clube social negro fundado em 4 de maio de 1928 naquela mesma cidade. Tal aproximação está registrada no livro *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1977), cuja primeira parte é fruto de um esquema expositivo de Moura para um ciclo de conferências realizado no *Centro Recreativo Flor de Maio*, e que também foi utilizado em um curso de extensão universitária ministrado pelo autor na Universidade Estadual de Londrina (MOURA, 2021). Trata-se de um estudo sobre a marginalização social da população negra no processo de transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil, tema bastante pertinente para a compreensão do mercado de trabalho brasileiro e situação do negro no Brasil contemporâneo.

O negro: de bom escravo a mau cidadão? ampliou o recorte temporal e espacial utilizado em *Rebeliões da Senzala*. Se no primeiro livro de 1959 o autor buscou compreender o Brasil escravista a partir das insurreições negras daquele período, neste de 1977 abordou o processo de transição do escravismo para o trabalho livre, a situação do negro na sociedade de classes pós-abolição, além da participação negra em processos emancipatórios da América Latina. No que diz respeito ao processo histórico brasileiro, *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* busca interpretar a sequência de barragens diretas ou indiretas, institucionalizadas ou não, que operam no sentido da marginalização do negro, e sua estratificação nos espaços mais desfavoráveis ou socialmente degradantes. Por outro lado, analisa também as formas de defesa e contraofensiva dos negros às opressões sistêmicas que se manifestam em diferentes níveis da sociedade capitalista.

O tema da transição da escravidão para o trabalho livre, um dos eixos do livro, é de grande importância para compreendermos o advento do capitalismo no Brasil e seu *modus operandi* no qual se

destacam a superexploração e a exclusão social da população negra. É também um tema central para entendermos o racismo no Brasil contemporâneo, o qual, por sua vez, problema enfrentado pela população negra ao longo de todo o período republicano. Moura estudou o racismo no Brasil contemporâneo justamente no contexto de sua aproximação com o associativismo negro que se reorganizava na luta contra a ditadura, no quadro de abertura política (1975-1985). Na ocasião debateu com diferentes intelectuais que produziram sobre este tema, alguns dos quais também colaboraram com o movimento negro, dentre eles, Florestan Fernandes.

Embora Moura e Fernandes tenham muitas convergências a respeito do papel do racismo no capitalismo brasileiro, há uma divergência notável sobre a exclusão do negro no mercado de trabalho paulista durante a República Velha (1889-1930). Fernandes defendia que a escravidão teria supostamente tornando os ex-escravizados inaptos para o trabalho livre, o que se traduzia em dificuldades de integração na chamada “ordem social competitiva”. Para o sociólogo paulista, os negros estariam em desvantagens objetivas e subjetivas (técnicas e culturais) quando comparados com o imigrante europeu, o qual na visão de Fernandes, trazia não apenas a experiência do trabalho em fábrica, mas também, hábitos morigerados, disciplina e espírito de poupança, dentre outras qualidades que viabilizariam sua integração no mercado de trabalho urbano. Isso explicaria a predileção dos patrões paulistas pelos imigrantes europeus, assim como, a integração de seus descendentes ao mercado de trabalho e a ascensão de muitos à classe média. Ainda que Fernandes esteja entre os primeiros sociólogos a criticar o *mito da democracia racial* na academia – na sociedade o movimento negro já fazia essa crítica muito antes – sua tese sobre o presumido estado de anomia social dos negros no pós-abolição, em partes, reproduz o discurso oficial das classes dominantes daquele período, a saber: a ideologia da vadiagem, e da suposta inferioridade cultural e técnica dos negros (FERNANDES, 2021). A diferença é que

Fernandes não encampava o discurso eugenista ou qualquer hipótese de inferioridade congênita dos negros.

Em oposição a tal tese Moura, defendia que a exclusão social dos negros no pós-abolição resultava muito mais de fatores externos do que internos à população negra. No processo de transição da escravidão para o trabalho livre, o negro fora deslocado do centro dinâmico para as margens da produção, e o trabalhador negro não contou com uma cifra sequer investida em sua integração no mercado, enquanto as classes dominantes paulistas, através do Estado, utilizavam recursos públicos para a imigração subvencionada de trabalhadores estrangeiros, principalmente europeus. Essa política de imigração subvencionada visava atender a dois interesses das classes dominantes: 1) os ideais eugenistas de branqueamento da população que vigoraram entre 1870 e 1930; 2) a criação de uma superpopulação relativa que pressionaria para baixo o preço da força de trabalho, e aumentaria o poder de barganha do patronato. Com a disponibilidade de um exército industrial de reserva a burguesia pôde impor condições aviltantes de superexploração dos trabalhadores, e salários miseráveis. Em São Paulo da República Velha, a população negra fora lançada para essa superpopulação relativa e para ocupações informais, intermitentes e sub-remuneradas. Tendo em vista esta análise de Moura, podemos considerar que a exclusão social do negro tem sido desde a abolição um elemento de controle social e superexploração do trabalho no capitalismo brasileiro. O racismo opera como ideologia de dominação que organiza as desigualdades sociais no capitalismo. A luta antirracista é, portanto, tarefa fundamental da luta pela superação do capitalismo. Isso também é um legado de Moura para os estudos sobre o Brasil atual e para o ativismo negro antirracista e socialista.

O antirracismo como tarefa da luta de classes

Como já mencionamos a aproximação de Clóvis Moura com o movimento negro ocorreu em um contexto de emergência das lutas

sociais contra a ditadura militar no Brasil, nos anos 1970. No contexto internacional, ocorria o processo de descolonização em África, com a emancipação das colônias portuguesas, a luta contra o apartheid na África do Sul, os Panteras Negras nos EUA, as revoluções salvadorenses (1979-1992) e nicaraguense (1979-1990) na América Latina, e na Ásia o fim da Guerra do Vietnã com o triunfo das forças socialistas. Um cenário de lutas de povos racializados e subalternizados de diferentes partes do mundo contra o imperialismo europeu e estadunidense. E o mundo vivia a Guerra Fria, com um terço da população vivendo em regimes socialistas (HOBSBAWM, 2003, p.16).

Nesta conjuntura, no Brasil, ocorreram as greves do ABC paulista (1978-1980), o Movimento Contra a Carestia (1978), o Movimento Negro Unificado (1978), o Partido dos Trabalhadores (1980), a campanha pelas Diretas já (1983-1984), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984). Neste contexto nacional e internacional de lutas, Moura considerava que havia um processo revolucionário em curso no Brasil, portanto, era necessário “injetar consciência crítica e revolucionária na comunidade negra e nas camadas e segmentos realmente democráticos do país” (MOURA, 2023, p.20). Tendo em vista tal objetivo, passou a estudar e participar do associativismo negro brasileiro. No dia 18 de junho de 1978, esteve entre as de 3 mil pessoas que ocuparam as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em um ato público contra o racismo.

Os fatos que contribuíram ou mesmo determinaram a convocação [do ato] foram os seguintes: a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, no mês de maio, devido às torturas executadas por policiais em uma delegacia em Guaianases, na Capital; a expulsão, no mês de maio, de quatro atletas negros do time juvenil do Clube Regatas Tietê; e o assassinato, por um policial, no bairro da Lapa, de Nilton Lourenço, negro e operário (MOURA, 2023, p.132)

Essa manifestação convocada por diferentes organizações negras, que recebeu moções de apoio de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas e de presidiários da Casa de Detenção Carandiru, marcou a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que logo mudaria o nome para Movimento Negro Unificado (MNU). Na ocasião, Moura foi um dos oradores nas escadarias do Teatro Municipal, além de Milton Barbosa, Abdias do Nascimento, Eduardo de Oliveira e outros. Coerente com seu compromisso com as lutas sociais, Moura colaborou com o MNU e outras organizações do movimento negro, tornando-se também uma referência teórica, sobretudo, para os setores marxistas do associativismo negro.

Os estudos de Moura sobre o associativismo negro neste período se relacionam com a participação do autor nas lutas antirracistas. Destaca-se seu ensaio “Organizações negras em São Paulo”, originalmente publicado no livro *São Paulo: o povo em movimento* (SINGER e BRANT, 1980), organizado por Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, no qual Moura reconstitui a trajetória do “associativismo negro” desde o escravismo colonial à ditadura militar, tema praticamente ignorado pela historiografia e sociologia desde os estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastide entre os anos 1950 e 1960. Moura considera que ao longo do processo histórico brasileiro, desde o período colonial, o negro sempre se organizou frente as opressões dos grupos dominantes. Tendo isso em vista, o autor elaborou um esquema interpretativo da condição histórico-social do negro no Brasil e suas estratégias de sobrevivência em cada época: trata-se das categorias sociológicas de *grupo diferenciado* e *grupo específico*, inspiradas respectivamente nas categorias marxistas de *classe em si* e *classe para si*. No primeiro caso, a diferenciação é fruto do próprio racismo, quando o negro é estereotipado e visto como inferior ao branco. No segundo caso, o negro torna-se grupo específico ao tomar consciência da diferenciação que lhe é imposta e, a partir de então, criar mecanismos de sobrevivência e integração social. Como grupo diferenciado, o negro é *identificado* e estigmatizado; como grupo

específico, ele *se identifica* e consegue evitar sua total marginalização na sociedade de classes, às vezes obtendo algum nível de integração parcial. (MOURA, 2021).

Moura considerava o quilombo como o mais remoto tipo de grupo específico no Brasil que perdurou por todo o período escravista, e seguiu existindo nas comunidades quilombolas contemporâneas. Confrarias e irmandades religiosas, terreiros de candomblé, umbanda e outras religiões de matriz africana, escolas de samba, clubes sociais, imprensa, teatro e associações culturais negras são alguns exemplos de organização dos afrobrasileiros como grupos específicos. Tais organizações conferem formas de participação da população negra na sociedade civil, e às vezes assumem caráter reivindicativo. Mesmo atuando nos limites da ordem social vigente, os grupos específicos funcionam como importantes polos aglutinadores de setores oprimidos, além de expor as contradições da sociedade capitalista, dentre elas o racismo.

Moura entendia que a luta contra o racismo era pauta importante na agenda revolucionária pelo socialismo. O autor compreendeu as especificidades da opressão social e demais problemas que recaíam sobre os grupos racializados, defendeu a legitimidade de pautas específicas para os mesmos, no entanto, sem abdicar da luta contra o capital. Compreendeu que os problemas estruturais que afetam a população negra, expressam contradições estruturais do capitalismo. Assim, lutar pela superação do capitalismo, implicava também em lutar contra o racismo e todas as outras formas de opressão funcionais ao capital.

Por uma ciência da práxis, e o negro como sujeito

A produção intelectual de Clóvis Moura é também marcada por sua crítica às produções acadêmicas, a qual aparece implicitamente em quase toda sua produção historiográfica e sociológica, e explicitamente em seu *A Sociologia posta em questão*. Publicado no Brasil pela editora Ciências Humanas em 1978, o livro teve uma primeira edição no México em 1976, pela editora Siglo XXI, com o título *Sociología de la*

práxis. Para o autor a sociologia acadêmica funcionava como uma ideologia conservadora na medida em que se afastava dos problemas fundamentais da sociedade, e abdicava da crítica ao modo de produção capitalista. Moura considerava que a sociologia acadêmica se orientava “por uma sistemática gradualista que apresenta como sendo científico apenas aquelas reformas tópicas, horizontais e regionais, previamente elaboradas por cientistas sociais profissionais, a fim de serem executadas de cima para baixo e que podem ser realizadas nos quadros da sociedade capitalista” (MOURA, 1978, p.10). Assim, para o autor, quando muito, a sociologia acadêmica refletiria apenas uma consciência crítica reformista, e não revolucionária, de alguns segmentos das classes dominantes. Ao criticar tal postura, Moura também afirmava sua posição sobre o papel que pode assumir as ciências sociais quando associada à práxis, como demonstrou na seguinte passagem de *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*

[...] sempre acreditamos nas Ciências Sociais como um instrumento de transformação científica da sociedade, operativas e interessadas na problemática estudada e nunca ao nível de simples abordagem *neutra* de problemas, fatos e processos que envolvam o próprio estudioso, deixando-o através dessa aparente neutralidade acadêmica como o peru no círculo de giz (MOURA, 2021, pp.21-22).

A crítica de Moura às ciências sociais na academia refere-se, portanto, à teoria dissociada da práxis, que não propõe a reflexão nem a busca por soluções efetivas dos problemas sociais decisivos para a emancipação humana. O autor também considerava que tal acomodação à ordem social vigente se reproduzia nos estudos sobre o negro e sobre as questões étnico-raciais, e ironizava os sociólogos que analisavam o chamado “problema do negro” com “formol, pinças, assepsia, luvas de borracha e atitude indulgente” (Idem, p.22). Para Moura, uma sociologia comprometida com a reflexão sobre os

problemas sociais e o engajamento na busca por solução dos mesmos, deveria superar tal postura na qual o negro seria reduzido à condição de “cobaia sociológica” (MOURA, 2019, p.33).

Como se pode ver, não quero que exista uma sociologia negra no Brasil, mas que os cientistas sociais tenham uma visão que enfoque os problemas étnicos do Brasil a partir do negro, pois, até agora, com poucas exceções, o que se vê é uma ciência social que procura abordar o problema através de uma pseudo-imparcialidade científica que significa, apenas, um desprezo olímpico pelos valores humanos imbricados na problemática por eles (Idem).

Para Moura, a despeito de muitos sociólogos utilizarem conceitos teoricamente corretos (dentro de uma estrutura sociológica acadêmica), suas abordagens muitas vezes os colocavam de “fora do problema” e não chegavam à essência dos problemas, tendo ressonância apenas nos circuitos acadêmicos. Contra essa postura que reduzia o negro a mero objeto de estudo, Moura defendeu que o negro era “sujeito dinâmico de um dos problemas mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira” (Ibidem, p.32). Portanto, ao defender uma ciência social da práxis, Moura reafirmou caracterização do negro enquanto sujeito, demonstrada desde *Rebeliões da Senzala* em 1959. Cabe ressaltar que o compromisso do autor com a luta antirracista e seu engajamento no movimento negro exemplifica sua defesa do negro enquanto sujeito também na própria produção do conhecimento científico. Neste sentido, Moura soma-se a intelectuais de diferentes orientações teóricas (marxistas, ou não) como Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Joel Rufino dos Santos, Wilson do Nascimento Barbosa, Martiniano José da Silva, Lelia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza e outros.

Conclusões

O legado de Clóvis Moura reside na produção historiográfica, sociológica, e nas lutas sociais do nosso tempo. O autor foi perspicaz em sua interpretação sobre o processo histórico brasileiro, da qual destacamos alguns pontos: 1) a dinâmica da sociedade escravista a partir da luta de classes; 2) o alijamento do trabalhador negro do centro da produção, na formação do mercado de trabalho; 3) a relação entre escravidão e capitalismo; 4) o papel do racismo como ideologia de dominação no capitalismo brasileiro; 5) a compreensão da luta antirracista do presente no processo de longa duração que remonta aos quilombos e insurreições negras do passado. A abordagem sobre a luta de classes na escravidão e o papel do racismo na sociedade capitalista são contribuições do autor para o pensamento marxista e as ciências humanas no Brasil.

A atualidade do pensamento de Moura consiste na persistência, ainda hoje, dos problemas colocados em sua agenda de estudos e militância. A luta anticapitalista, antirracista e contra outras formas de opressão continuam atuais. Apesar das crises orgânicas, a hegemonia do capital permanece, e avança com a retirada de direitos e a deterioração da vida dos trabalhadores sob a lógica neoliberal que se estabeleceu com o colapso da URSS e o fim da Guerra Fria. No Brasil os impactos do neoliberalismo se somam ao caráter dependente do capitalismo que aqui se estabeleceu com o fim do sistema escravista: a dependência em relação ao grande capital estrangeiro se potencializa com a reprimarização da economia e as privatizações das empresas estatais; no que pese algumas conquistas sociais obtidas com as lutas pela redemocratização nos anos 1980, prescritas na Constituição de 1988, não fizemos reforma agrária, a classe trabalhadora vem passando por sucessivos ataques e retiradas de direitos sociais, e a autocracia burguesa se manifesta em novas modalidades de golpes de estado.

O ressurgimento de lideranças e “movimentos” neofascistas com a reascensão da extrema-direita em diferentes partes do mundo, traz

consigo manifestações cada vez mais explícitas de racismo, misoginia, LGBTfobia, xenofobia, classismo e outras opressões. Ao contrário do que apregoam algumas figuras de diferentes orientações políticas, inclusive de esquerda, o racismo e as demais opressões referidas não se resumem a “pautas identitárias”. A questão racial no Brasil se vincula a problemas estruturais do capitalismo como as brutais desigualdades de renda, empregabilidade, acesso à saúde, educação, moradia, cultura, lazer, expectativa de vida, índice de violência e mortalidade, representação política, segurança alimentar etc. (IBGE, 2022). A atualidade do pensamento de Clóvis Moura consiste também na abordagem do racismo como um problema estrutural a ser enfrentado nas lutas contra o capital, portanto, uma questão a ser debatida pelos marxistas.

No Brasil, presenciamos a ascensão neofascista há pelo menos uma década. A extrema-direita brasileira tem raízes na tradição senhorial escravocrata da qual a burguesia, esmagadoramente eurodescendente, é herdeira. Por outro lado, como nos mostrou Moura, a longa tradição das lutas sociais no Brasil tem origens nas insurreições negras – e também indígenas – contra o escravismo e a dominação colonial portuguesa. A tradição de lutas dos trabalhadores no Brasil é tão antiga quanto à exploração racializada do trabalho.

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>. Acesso em: 31 out. 2024

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6ª ed., São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

- MOURA, Clóvis. *Brasil: Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: 2ª ed., São Paulo: Dandara Editora, 2023.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* 2ª ed., São Paulo: Dandara, 2021.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2014.
- MOURA, Clóvis. *A Sociologia Posta em Questão*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes – São Paulo; CEBRAP, 1980.
- SOUZA, Gustavo Orsolon de. *“Rebeliões na Senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.